

Educar para Igualdade de Gênero em Projeto de Extensão Universitária: a experiência do grupo Zo'é em Castanhal – Pará

Educar para la Igualdad de Género en Proyecto de Extensión Universitaria: la experiencia del grupo Zo'é en Castanhal - Pará

Education for Gender Equality in a University Extension Project: the Zo'e group's experience in Castanhal - Pará

Lílian Silva de Sales
Danila Guedes Azevedo
Daniela Araújo Santos

Resumo: O projeto Educar para Igualdade de Gênero realizou-se como extensão universitária pela Universidade Federal do Pará - Castanhal, biênio 2016/2018. Objetivou organizar grupo de estudo com professores da rede pública de ensino do município de Castanhal, bem como pessoas da comunidade interessadas em igualdade de gênero, visando formação, trocas de experiência e produção de materiais didáticos. Organizou-se a partir de comunidade de formação (Grupo Zo'é), a qual se baseou na “comunidade de sala de aula” de bell hooks (2013), na qual se articulam saberes teóricos/práticos, valoriza-se a experiência dos que participam através do “lugar de fala”, e intersecciona-se gênero com outros marcadores sociais. Hoje, o grupo organiza-se como um coletivo feminista, atuando de forma independente e ativa na luta pela igualdade de gênero no referido município.

Palavras-chave: Gênero. Feminismos. Formação Política. Educação.

Resumen: El proyecto Educar para la Igualdad de Género se realizó como extensión universitaria por la Universidad Federal del Pará - Castanhal, bienio 2016/2018. El objetivo de este trabajo fue organizar grupos de estudio con profesores de la red pública de enseñanza del municipio de Castanhal, así como personas de la comunidad interesadas en igualdad de género, visando formación, intercambios de experiencia y producción de materiales didáticos. Se organizó a partir de comunidad de formación (Grupo Zo'é), la cual se basó en la "comunidad de aula" de bell hooks (2013), en la que se articulan saberes teóricos/prácticos, se valora la experiencia de los que participan a través del "lugar de habla" e intersecciona género con otros marcadores sociales. Hoy el grupo se organiza como un colectivo feminista actuando de forma independiente y activa en la lucha por la igualdad de género en el referido municipio.

Palabras clave: Género. Feminismos. Formación Política. Educación.

Abstract: The project Educating for Gender Equality was carried out as a university extension by the Federal University of Pará - Castanhal, biennium 2016/2018. The objective was to organize a study group with teachers from the public-school system of the municipality of Castanhal, as well as people from the community interested in gender equality, seeking training, exchanges of experience and production of didactic materials. It was organized from a training community (Grupo Zo'é), which was based on the "classroom community" of bell hooks (2013), in which theoretical/practical knowledge is articulated, experience gained of those who participate through the "talking place" is validated, and intersects gender with other social markers. Today the group organizes itself as a feminist collective acting independently and actively in the fight for gender equality in the said municipality.

Keywords: Gender. Feminisms. Political Formation. Education.

Lílian Silva de Sales – Professora adjunta II da Universidade Federal do Pará, mestre em Antropologia e doutora em Ciências Sociais. E-mail: liliandesales@gmail.com

Danila Guedes Azevedo – Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: danilaguedes16@hotmail.com

Daniela Araújo Santos – Bibliotecária da Secretaria Municipal de Cultura de Castanhal, Bacharel em Biblioteconomia e Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará. E-mail: danielaarasan@gmail.com

INTRODUÇÃO

A extensão universitária compõe, juntamente com o ensino e a pesquisa, o tripé de sustentação do trabalho de uma universidade. Com a extensão, as universidades (re)afirmam o seu compromisso com a comunidade de entorno e com a sociedade em geral, promovendo ações nas quais as/os estudantes serão envolvidas/os em trabalho direto com a comunidade externa à universidade, aprendendo e ensinando, no convívio compartilhado, formas de atuação profissional fundamentadas na práxis.

Nessa perspectiva de atuar dentro e fora da universidade referendadas/os numa práxis que possa construir uma educação socialmente igualitária para os gêneros, pensou-se no projeto *Educar para igualdade de gênero*, o qual se realizou como um projeto de extensão universitária, ao longo do período de junho de 2016 a junho de 2018. O referido projeto foi aprovado e desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação Física, Campus de Castanhal e coordenado Pela Prof^ª. Dra. Lilian Silva de Sales, atualmente membro do grupo Zo'é.

O objetivo principal do projeto era organizar grupos de estudos com professoras/es das redes públicas de ensino do município de Castanhal, bem como pessoas da comunidade interessadas na temática da igualdade de gênero, com vistas à formação continuada, trocas de experiências e produção de materiais didáticos que possibilitassem o trabalho com a diversidade de gêneros em experiências com educação formal e não formal.

Formou-se, então, um grupo de estudo denominado comunidade de formação, que objetivava estudar sobre a produção acadêmica nos estudos de gênero e feministas. O grupo recebeu o nome de Zo'é¹.

No final de 2017, as mulheres que compunham a comunidade de formação Zo'é iniciaram a discussão sobre a necessidade do grupo se desatrelar da instituição UFPA. Sendo assim, em 2018, o coletivo deixou de ser uma comunidade de formação vinculada ao projeto de extensão universitária e passou a ser um grupo de mulheres feministas atuando como movimento social. Com o fim da vigência do projeto em junho de 2018, o projeto de extensão não é mais reeditado, mas o grupo continua em funcionamento, agora, com encontros frequentes e laços de irmandade cada vez mais fortes.

Atualmente, o grupo continua com algumas mulheres que outrora o integravam desde sua formação inicial assim como acolheu, também, novas figuras femininas, dispostas a debruçarem-se nos estudos de cunho feminista e a participarem das ações políticas, organizadas pelo grupo. Hoje, o Zo'é funciona como um grupo feminista independente da instituição UFPA. Dessa forma, continua replicando intensamente as ações de formação para igualdade de gênero no município, bem como ocupando espaços institucionais como os do conselho da mulher, do referido município.

1. A Construção da Igualdade na Formação da Práxis Política

O projeto Educar para a Igualdade de Gênero desenvolveu uma metodologia de trabalho inspirada nas “comunidades de sala de aula” de bell hooks (2013), que são grupos de estudo e for-

¹ Os Zo'é são um grupo da família linguística tupi-guarani que habita o interflúvio Cumunapanema/Erepecuru (atual Terra Indígena Zo'é), noroeste do estado do Pará. Atualmente, totalizam 267 indivíduos, distribuídos em 14 aldeias. Eles se subdividem em diferentes grupos locais (-wan), identificados com determinadas áreas territoriais, onde estão as aldeias ancestrais, suas roças, seus acampamentos, antigos e novos. Mas as famílias pertencentes a esses grupos frequentemente convivem nas mesmas aldeias, alternando períodos de aproximação e outros de dispersão nas áreas de ocupação que lhes são próprias (<http://www.funai.gov.br/index.php/zoe/2025-quem-sao-os-zo-e> - acesso <http://www.funai.gov.br/index.php/zoe/2025-quem-sao-os-zo-e> em 07/11/2018).

mação nos quais são articulados discussão teórica e prática, valorizando a experiência daquelas/es que participam da comunidade através do lugar de fala.

A opção por essa metodologia de trabalho se justifica na medida em que, segundo bell hooks (2013), é nas comunidades de sala de aula o lugar no qual as/os alunas/os e a/o professora/or podem exercer o direito à fala. Nessa troca de saberes, mediada pela produção teórica feminista, as/os envolvidas/os podem compartilhar suas experiências e, também, ouvir as das outras pessoas, num processo de ouvir e falar dialógico.

Para essa autora, “Essa estratégia pedagógica se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e de que esse conhecimento pode, de fato melhorar nossa experiência de aprendizado” (hooks, 2013, p, 114). Com isso, fornece um exemplo da importância de se construir espaços onde as pessoas possam falar sobre as suas experiências, bem como possam ouvir as experiências das outras.

Nessas comunidades, as/os alunas/os são estimuladas/os a relatarem suas vivências, marcadas pelas diferenças e pelas desigualdades de gênero, classe, raça, entre outras. Essa estratégia pedagógica se fundamenta na necessidade do reconhecimento de cada uma e cada um presente em sala de aula para o sucesso do processo de aprendizagem. Segundo hooks (2013, p. 17-18):

[...] Na comunidade da sala de aula, nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros. Visto que a grande maioria dos alunos aprende por meio de práticas educacionais tradicionais e conservadoras e só se interessa pela presença do professor, qualquer pedagogia radical precisa insistir em que a presença de todos seja reconhecida.

É importante destacar que essa característica na produção do conhecimento, na qual a discussão teórica tem como ponto de partida as vivências das/os envolvidas/os no processo e tem, como fundamento teórico metodológico, o diálogo, a valorização da fala dos sujeitos e o acolhimento afetivo da presença de todas/os, está marcadamente presente no feminismo negro.

A ênfase na experiência em bell hooks (1990, 2000, 2013), que convida a afirmar a presença dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, também possibilita considerar o seu lugar de fala como ponto de referência das reflexões teóricas, pois expressam não somente suas visões de mundo, mas as diversas posições que ocupam na dinâmica de sua vida pessoal e profissional.

Patricia Collins (2000) demarca as principais diferenciações entre as Ciência e Filosofia Clássicas e a Epistemologia Feminista Negra; entre as diferenças apontadas, está a concepção em torno de como o sujeito conhece. Para esta autora, diferente da Ciência e da Filosofia Clássicas, nas quais o conhecimento é fruto da iluminação, da visão, do ato de enxergar; na Epistemologia Feminista Negra é resultante do falar e ouvir, do diálogo que articula duas dimensões: o saber, oriundo da experiência vivida; e o conhecer, adquirido ao longo do percurso acadêmico das intelectuais negras (COLLINS, 2000).

O falar e o ouvir no diálogo encerra a expressão de duas subjetividades que estão em interação, uma relação em que uma/um se coloca à disposição da/o outra/o, se abre ao que a/o outra/o tem a dizer. Nesse sentido, o diálogo é uma ação de empoderamento daquelas/es que falam e que são ouvidas/os. O diálogo pressupõe o movimento de ir e vir da palavra, do relato da experiência daquela/e que conhece a realidade que viveu.

Ao considerar o falar e o ouvir (no diálogo) como elemento equalizador da produção do conhecimento, tomando como base a articulação dos saberes da experiência cotidiana e do percurso acadêmico, a Epistemologia Feminista Negra permite repensar a dicotomia hierarquizada entre sujeito e objeto de conhecimento, além daquela que separa teoria e prática.

Além do mais, é também na experiência das pessoas que interagem dialogicamente que se expressam as articulações entre os diversos e diferentes marcadores sociais da diferença – gênero, raça, sexo, classe, dentre outros –, que se interseccionam constituindo estruturas de dominação básica que estabelecem diferentes e desiguais posições sociais.

Para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade se define por aquela que:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A perspectiva interseccional permite perceber como os marcadores sociais da diferença, principalmente gênero e raça, se imbricam na produção de discriminações e opressões. Nesse aspecto, considerando as identidades raciais e de gênero, para Crenshaw (2002, p.173):

[...] a incorporação do gênero no contexto da análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelos quais o gênero configura discriminação também enfrentada pelos homens.

Essa perspectiva aprofunda ainda mais a crítica às percepções binárias de gênero, possibilitando vislumbrar não somente a mulher como sujeito único universal, mas compreender que, no jogo das intersecções entre os marcadores, a opressão atinge, também, outros sujeitos.

Ao explicar o que entende por cada um dos elementos que ordenam as identidades sociais, a definição de Shields (2008), de interseccionalidade, permite compreender como os diversos marcadores não só se relacionam, mas, ainda, se modificam quando se interseccionam. De acordo com Shields (2008), considerando o processo de identificação social do indivíduo, cada uma das categorias de identidade interseccionadas tem seu significado relacionado àquela outra com a qual está em intersecção, essas são formadas e mantidas a partir de um processo dinâmico, em que o próprio indivíduo está ativamente engajado.

Compreendo que, a partir da explicação de Shields (2008), o processo de construção das identidades sociais ocorre nessa articulação imbricada de múltiplas categorias identitárias, portanto, essas categorias vão sendo acionadas, revisitadas e recriadas à medida que nos relacionamos com as/os outras/os e com o mundo que nos rodeia. Todas essas categorias, em relação interseccional, influenciam na forma como nós nos percebemos, como somos percebidas/os pelas/os outras/os e, também, como nós nos situamos no jogo das opressões/privilégios sociais.

É importante compreender que a interseccionalidade não cria apenas opressões, cria também oportunidades; portanto, uma posição interseccional pode encontrar-se em desvantagem em relação a um grupo, mas em vantagem em relação a outro (SHIELDS, 2008). Assim, de acordo com a perspectiva interseccional, não faz sentido pensar em superposição de opressões ou privilégios, e sim compreender as complexas articulações entre os marcadores na produção de espaços e posições sociais.

Pensar interseccionalmente é, portanto, buscar compreender a fluidez e a multiplicidade com que os sujeitos sociais produzem as complexas relações com a sociedade em que estão inseridos; é romper com a ideia naturalizada e essencializada de identidade social, percebendo as dinâmicas articulações entre os diversos marcadores da diferença na constituição identitária, influenciando nas posições assumidas pelos indivíduos e pelos grupos.

No que tange à prática docente, recentes pesquisas no campo de gênero (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indicam que um dos obstáculos à efetivação do trabalho com gênero nas escolas se deve à ausência de debates com a temática nos currículos de formação inicial e continuada.

Em pesquisa que realizou no doutorado, Sales (2016) identificou a ausência do debate de gênero na formação de professoras/es através da análise do relato de 123 professoras/es, expresso através de documento de avaliação do projeto de formação do qual estas/es docentes participaram e de questionário aplicado ao longo do período de coleta de dados. A autora aponta, na mesma pesquisa, que docentes da grande região metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides) e do município de Castanhal indicaram a presença de vários obstáculos ao trabalho pedagógico com a temática da igualdade de gênero, racial e o respeito à diversidade sexual. Algumas/uns das/os professoras/es se referem, de maneira significativa, que as discriminações e o preconceito existentes no espaço escolar onde atuam constituem as dificuldades encontradas para incluírem o debate sobre gênero e raça nas escolas.

Porém, apesar de indicarem o preconceito como o problema eminente, há dificuldade em identificar a que tipo de preconceito elas/es se referem. Isso reforça uma compreensão de que há, ainda fortemente enraizado, um discurso do senso comum ao falar de preconceito como algo generalizável, sem definir exatamente a que tipo de preconceito se refere e que tem contornos bem definidos, em que tudo ganha a mesma denominação ao 'engolir' suas especificidades (SALES, 2016). O fato de não terem uma compreensão aprofundada sobre o problema estrutural da desigualdade de gênero, racial e sexual que se faz presente nas escolas, expresso pela identificação genérica do preconceito sem se reportar, no entanto, aos substratos estruturais produtores de desigualdades específicas e diferentes, se reverte, conseqüentemente, na dificuldade dessas/es para identificarem, nas ações cotidianas, o que se refere ao âmbito das percepções individuais e o que está relacionado a um problema estrutural de desigualdade existente no país.

Guimarães (1995), ao se reportar à agenda antirracista ocidental, importada dos Estados Unidos para outras sociedades, como a brasileira, fornece uma análise para que se entenda como a utilização desse modelo, no trato das relações raciais no Brasil, limita e invisibiliza o grave problema da desigualdade racial no nosso país.

Diferenciando "preconceito" de "discriminação", à maneira do que faziam os norte-americanos, e colocando o primeiro no reino privado do arbítrio individual, negando-lhe, portanto, uma dimensão propriamente social, o anti-ra-

cismo erudito de então operou muitas vezes, de fato, funcionalmente, como um esforço ideológico de obscurecer o verdadeiro racismo nacional. (GUIMARÃES, 1995, p.28).

Mas a presença de diversos preconceitos institucionalizados nas escolas, trazidos como pauta pelos comentários de professoras e professores, mostra que a prática pedagógica não é neutra, mas, como disse Paulo Freire (1979), é uma ação política, encerrando, portanto, uma tomada de posição sobre a realidade.

Há, também, indicação nos relatos referidos de uma resistência por parte das famílias e das/os funcionárias/os das escolas para que as assimetrias de gênero possam ser debatidas e superadas nas experiências pedagógicas, há o fato da grande influência das religiões de matriz cristã, presentes no cotidiano das escolas. Esse poder de “resistência”, do modelo institucionalizado ao debate sobre gênero, aumenta na medida em que as experiências pedagógicas ocorrem no interior de escolas ligadas a instituições religiosas (SALES, 2016).

A presença marcante de uma ritualística católica, além de ameaçar a laicidade que é garantida constitucionalmente, impõe valores e comportamentos baseados em modelos cristãos para professoras/es, alunas/os e demais pessoas que fazem parte da comunidade escolar, como catequese (SALES, 2016). Compreende-se que a presença tão marcante do catolicismo ou de qualquer religião de matriz cristã em instituições que devem manter, legalmente, o seu caráter laico nesse assunto, se constitui em expressão de valorização do que alguns autores chamam de branquitude (WARE, 2004; D'ÁVILA, 2006; FRANKENBERG, 2004). Do mesmo modo, é perceptível tal valorização, na medida em que não se abre espaço para os conhecimentos das religiões de matriz africana na escola ou se inferioriza esses conhecimentos, dando-lhes um tratamento folclorizado de alto cunho discriminatório, destituindo-lhe de seu significado histórico, social e cultural (SALES, 2016).

Sales (2016) traz, também, relatos de professoras/es que indicaram a ausência ou a superficialidade quando se refere aos estudos de gênero e feministas nos currículos que formam professoras/es licenciadas/os e pedagogas/os; isso interfere diretamente no trabalho pedagógico, considerando-se as dimensões de aprendizagem, do ensino, da avaliação e das relações humanas que se efetivam no interior das escolas.

Apesar do debate sobre as temáticas de gênero e raça na formação universitária serem imprescindíveis para a formação de uma consciência de convivência e respeito às diferenças nas escolas mencionadas pelas/os professoras/es, acredita-se que a mudança de postura dos sujeitos em relação as/aos outras/os e ao mundo depende de um processo que envolve outras experiências formativas, principalmente aquelas que possibilitam articulação com a própria experiência de cada uma e cada um.

É necessário enfatizar que o debate sobre a diferença precisa atingir não somente a prática pedagógica de professoras/es, mas, também, as diferentes naturezas de trabalho pedagógico (gestão, supervisão e orientação escolar). Há necessidade, ainda, de que essas formações privilegiem a relação teoria e prática, e que esses profissionais da educação possam trazer para o debate suas experiências pedagógicas como base para a construção de novos fazeres pedagógicos. Construir espaços de visibilidade e positividade das diferenças na escola e fora dela é respeitar os direitos humanos.

A possibilidade de considerar a experiência das pessoas e dos diferentes grupos como base fundamental da produção de conhecimento, possibilita entender com maior amplitude as dife-

rentes dimensões da vida em sociedade e dos lugares de opressão e de privilégio que os sujeitos ocupam no contexto das relações sociais.

2. A construção do grupo Zo'é

Como referido anteriormente, o projeto de extensão foi, inicialmente, pensado para ser desenvolvido com professoras/es das redes públicas de ensino do município de Castanhal. Nesse sentido, articulou-se com algumas professoras, que outrora já haviam participado de outros projetos e atividades ligados à universidade. Depois disso, foi agendada a primeira reunião com um grupo pequeno de cinco professoras, as quais iriam funcionar como articuladoras dentro dos espaços de ensino que atuavam.

Nessa reunião, o projeto foi apresentado; em seguida, discutiu-se sobre a necessidade de mobilizar outras professoras/es para uma segunda reunião. Então, na tarde de 11 de junho de 2016, ocorreu a segunda reunião com a presença de dez mulheres, nem todas professoras – como projetado no início –, porém, dispostas a se qualificar para compreenderem melhor seu lugar social.

Na mesma reunião, ficou acordado construir a comunidade de formação como um **grupo somente de mulheres**, considerando a demanda de todas que dele participavam. O intuito foi criar uma atmosfera na qual todas pudessem se sentir confortáveis, tendo liberdade para discutir os mais variados assuntos, os quais intimidar-se-iam, caso houvesse a presença masculina.

Por seis meses, o grupo se reuniu para estudar sobre feminismos, relacionando as leituras com suas vidas concretas, compartilhando experiências e estreitando laços de irmandade. Nesse período, não se realizou nenhuma ação política, porém, as reuniões de estudo aconteciam com frequência. Mas, por vezes, as mulheres que ocupam o grupo participavam juntas de ações que ocorriam no município, como as reuniões de estudos que foram realizadas durante as ocupações das universidades federais e estaduais pelas/os estudantes no ano de 2016, as manifestações de rua contra o golpe de 2016, entre outras.

Como parte dos encontros do grupo, muitas vezes nos reuníamos para tomar um café à tarde; cada uma, dentro da sua possibilidade, levava algo gostoso para compartilhar e ficávamos conversando sobre nossas experiências pessoais, mas sempre articulando com algum texto lido nas outras reuniões de estudo. Num dos encontros, possibilitamos um momento com danças circulares, proporcionado em articulação com uma professora de danças local. Esses momentos de maior relaxamento tinham objetivos de criar uma atmosfera mais íntima e prazerosa entre as participantes, bem como estreitar os laços de afeto e irmandade.

Depois desse período de gestação do grupo, começou-se a projetar o que denominamos de “primeira onda feminista de Castanhal”, que aconteceu em 08 de março de 2017, a primeira intervenção como comunidade de formação de caráter feminista em Castanhal. Em seguida, elencamos algumas das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão – grupo Zo'é: **O curso de formação** que se estrutura a partir dos encontros de estudos de textos sobre a temática de gênero e feministas, articulada às vivências das mais diferentes mulheres envolvidas no projeto. **Primeira Onda Feminista**, cujo tema **Uma Onda Feminista no dia 08 de março: para além dos batons e das flores**, foi a nossa primeira ação política no município depois da criação da comunidade de formação.

Fotografia 1 – Encontro de estudo



Fonte: dispositivo móvel Jhulie

Figura 1 – Logo da I Onda



Fonte: Ilustradora Ana Mauê

Nessa atividade, organizamos a “onda” feminista para além dos batons e das flores, um evento em que pudéssemos apresentar às mulheres e homens de castanhal outras demandas das mulheres, as múltiplas formas de atuarem no mundo e de construírem redes de apoio mútuo e de luta.

Fotografia 2 – Primeira onda feminista



Fonte: Lilian Sales

A **Segunda Onda Feminista**, cujo tema **Nenhum Direito à Menos** foi fruto do compromisso com a ampliação do debate sobre a conjuntura política pós-golpe de 2016 e de como as mulheres são as mais vulnerabilizadas, num contexto de crise econômica e política. Considerando que o contexto de crise no qual vivemos ameaça brutalmente o conjunto de direitos já conquistados pelas mulheres, bem como aqueles que ainda se busca conquistar, o grupo decidiu apresentar esse tema da segunda onda do dia 08 de março de 2018.

Figura 2 – Logo de divulgação da II Onda



Fonte: ilustradora Ana Mauê

A **Terceira Onda Feminista**, realizada em 08 de março de 2019, teve como tema **Mulheres articulando com os movimentos sociais**, compreendendo que a luta por igualdade de gênero precisa empreender diferentes e amplas frentes de luta, nesse sentido, a necessidade de articular-se a diferentes movimentos sociais.

Figura 3 – Identidade visual III Onda



Fonte: Ilustradora Morghana

Rodas de conversa “Ocupando as Ocupações de Estudantes” foram propostas e organizadas pelo grupo como demanda do movimento estudantil², com o objetivo de dialogar sobre feminismo e a luta histórica das mulheres.

As/os estudantes socializaram suas visões acerca da data, bem como leituras que debatem o feminismo e a organização das mulheres. Nesses encontros, também aproveitamos para mobilizar as/os estudantes para a primeira onda feminista.

3. A luta pela equidade continua sob novas perspectivas

Hoje, com o projeto **Educar para a Igualdade de Gênero** já finalizado, o grupo feminista de ação política Zo'é segue sua vocação de contribuir com a formação política feminista das mulheres castanhalenses.

Figura 4 – Identidade visual do Grupo Zo'é



Fonte: Ilustradora Ana Mauê

Além da tarefa de ampliar e qualificar a atuação política das mulheres, de visibilizar o trabalho delas em diferentes campos de atuação, tem uma importante missão que se constitui em compor o conselho de direito das mulheres do município, ocupando assento nesse imprescindível espaço de acompanhamento das implementações de políticas públicas de proteção às mulheres de Castanhal.

Fotografia 3 – Posse no CMDCF



Fonte: dispositivo celular da Tatiana Moura

² Estudantes do Instituto Federal de Educação do Pará e Universidade Federal do Pará Campus Castanhal, bem como pelos estudantes secundaristas de escolas estaduais que estavam em ocupação dessas instituições no ano de 2016.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, P. Black feminist epistemology. In: COLLINS, P. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000. p. 269-290.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 2002.
- D'ÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FRANKENBERG, Ruth. A Miragem de Uma Branquidade Não Marcada. In: FRANKENBERG, Ruth (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRÖSZ, D. M. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Políticas Públicas e Gestão na Educação da UNB, Universidade de Brasília, Brasília.
- GUIMARÃES, A.S.A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. *Novos Estudos*, n. 43, p. 26-44, nov.1995.
- hooks, B. *Yearning – race, gender, and cultural politics*. Boston: South end Press, 1990.
- hooks, B. Black women: shaping feminist theory & Feminism: a movement to end sexist oppression & the significance of feminist movement. In: hooks, B. *Feminist theory: from margin to center*. New York: South and Press Classics, 2000. p. 0-42.
- hooks, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- hooks, B. Escolarizando Homens Negros. Tradução de Alan Augusto Ribeiro e KeishaKhan Y. Perry. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, set./dez.2015.
- SALES, L. *Experiências de Professoras/es “Em Formação” e articulações de Gênero e Raça nas Escolas Públicas da Região Metropolitana de Belém – 2016*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Universidade Federal do Pará, Belém- PA.
- SHIELDS, S.A. Gender: An Interseccionalidade Perspective. *Sex Roles*, n.59, p.301-311, 2008.
- WARE, V. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: WARE, V (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 30-52.